

# **A QUALIDADE DA AUTOGESTÃO NOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS NO BRASIL: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES**

Autores: Yuri Silveira Durães, Elcio Gustavo Benini; Instituição: UFMS

E-mails: [silveira.yuri@hotmail.com](mailto:silveira.yuri@hotmail.com); [elciobenini@yahoo.com.br](mailto:elciobenini@yahoo.com.br)

Agência financiadora: Financiamento próprio.

Grupo de trabalho GT 8.

## **RESUMO**

O artigo objetiva analisar a qualidade da autogestão nos empreendimentos econômicos solidários no Brasil (EES), justificando-se em razão do incentivo governamental a estes. O estudo foi realizado através da análise dos microdados do Sistema de Informação em Economia Solidária (SIES) da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Para isto, de forma ampla, utilizou-se das categorias analíticas do campo epistemológico da crítica-dialética e especificamente da participação nos processo decisório nos EES mapeados. Foi possível concluir que a autogestão está presente e acontece na maioria dos EES.

## **INTRODUÇÃO**

A Economia Solidária, com destaque para a definição do militante seminal Paul Singer, é considerada um modo de produção<sup>1</sup> que possui a autogestão como principal alicerce (SINGER, 2002; 2003; 2007), que emergiu da necessidade de se criar formas alternativas de geração de trabalho e renda, uma vez que o capitalismo, modo de produção hegemônico, tem passado por uma crise estrutural, e não apenas conjuntural (MÉSZÁROS, 2002; HARVEY, 2011).

A autogestão é uma prática econômica em que os trabalhadores são os possuidores dos meios de produção (GUILLERM e BOURDET, 1976; SATO e ESTEVES, 2002); é o modo de organizar o trabalho sem patrões, tendo a decisão, o planejamento e execução ficam sob controle dos próprios trabalhadores (BENINI e BENINI 2008, 2010). Cada um deles possui participação ativa no processo decisório e poder de voto igual independente do “capital” investido no empreendimento (NOVAES, 2007).

Embora os conceitos chave que caracterizam o movimento do trabalho associado aqui empregados sejam relativamente recentes, é importante ressaltar que existe todo um

---

<sup>1</sup> É importante destacar para o leitor que embora Paul Singer seja considerado um dos principais teóricos da economia solidária, militante incansável e ator político de grande importância, nem todos estudiosos da economia solidária a consideram como um modo de produção. Sobre essa posição, destacamos os estudos de Gaiger (2003) e Benini e Benini (2010).

movimento histórico, marcado por avanços e retrocessos, acúmulos e perdas, que constitui o que vem sendo chamado de economia solidária. Para além da conceituação de “modo de produção”, de forma provisória conceituamo-la como o conjunto de empreendimentos econômicos organizados por meio do trabalho associado, sendo a cooperativa sua principal e emblemática forma, não obstante também sejam constituídos em associações, grupos informais e até mesmo em empresas.

França Filho e Lavelle (2004) explicam, nesse âmbito, que os trabalhadores inventaram a economia solidária nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e à exploração resultantes da difusão desregulada das relações sociais produtivas que então se desenvolviam. Por sua vez, as cooperativas surgem como tentativa, por parte dos trabalhadores, de recuperar a autonomia econômica e organizacional, por meio de novas relações sociais produtivas, mais horizontais e de controle dos trabalhadores.

Importante destacar que a luta do trabalho associado, e assim pela própria sobrevivência do trabalhador, torna-se também uma luta contra os processos de alienação do trabalho, logo um processo e uma práxis educativa que se dá por meio do próprio trabalho (DAL RI e VIEITEZ, 1999; ARRUDA, 2001). Portanto, se a organização tipicamente heterogestionária é naturalmente alienante, uma vez que divide o planejamento da execução e o trabalhador do controle e fruto do seu trabalho (MOTTA, 1986), o trabalho associado autogestionário – ainda que em sentido lógico, pois sua concretização ainda é um processo inacabado – pode ser considerado como o oposto ontológico de tal organização, ou ainda, como um instrumento de luta contra-hegemônico (MORAES, 2010).

Em vista dessas considerações, este trabalho teve como objetivo analisar a autogestão, e assim a sua qualidade, dos empreendimentos solidários já mapeados no Brasil. Especificamente, buscou-se um entendimento sobre as estruturas que engendram e organizam os processos autogestionários, com destaque para as dimensões patrimoniais, de intercâmbio, remuneração e os processos decisórios.

No que tange aos procedimentos metodológicos, foram utilizados os microdados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), fornecidos pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho (MTE). Por meio deste banco de dados, que abrangeu o mapeamento de 19.708 empreendimentos entre os anos de 2010 e 2012, composto por 171 questões, buscamos analisar questões e categorias que identificassem as estruturas e processos de autogestão dentro dos empreendimentos de economia solidária no Brasil. Por opção na exposição deste estudo, o leitor irá encontrar maiores detalhes na seção específica sobre os números da economia solidária no Brasil.

Enquanto exposição da pesquisa realizada, primeiramente foi versado sobre o capitalismo e os processos de alienação. Na sequência, inicia-se uma discussão a respeito do surgimento do cooperativismo autogestionário. Entendendo os aspectos da alienação, das conseqüências do capitalismo para o proletariado e da sua insatisfação com o modo de produção capitalista, deu-se início a uma descrição mais aprofundada a respeito da autogestão, para finalmente se realizar uma análise a respeito dos processos autogestionários inseridos nas organizações da chamada economia solidária.

## **CAPITALISMO, PROCESSO DE TRABALHO E ALIENAÇÃO**

Para melhor se apreender o desenvolvimento histórico da autogestão, ou ainda, seu desenvolvimento ontológico, é importante ter claro a dimensão a qual este tende a negar, ou a se opor, ainda que tal negação seja mais clara no sentido lógico/abstrato do que histórico/concreto, uma vez que o trabalho associado e os processos de autogestão ocorrem inseridos na totalidade do sistema econômico vigente. Portanto, é pelo sistema social capitalista que começamos a exposição.

Dentre os autores que abordam o tema, há uma certa divergência ou mesmo escassez de detalhes sobre o seu surgimento. Woods (2001, p. 21) discorre a respeito do assunto:

Quase sem exceção, os relatos sobre a origem do capitalismo são fundamentalmente circulares: presumem a existência prévia do capitalismo para explicar o seu aparecimento. No intuito de explicar o impulso de maximização do lucro que é característico do capitalismo, pressupõem a existência de uma racionalidade universal maximizadora do lucro; para explicar o impulso capitalista de aumentar a produtividade do trabalho através de recursos técnicos, pressupõem um progresso contínuo e quase natural do aprimoramento tecnológico na produtividade do trabalho [...]. Na maioria das descrições do capitalismo e de sua origem, na verdade não há origem. O capitalismo parece estar sempre lá, em algum lugar, precisando apenas ser libertado de suas correntes – dos grilhões do feudalismo, por exemplo – para poder crescer e amadurecer.

Sabe-se que o capitalismo surgiu como modo de produção à medida em que o feudalismo foi perdendo sua força; ao buscar na literatura manuscritos que descrevam a origem deste, depara-se, na maior parte do tempo, com a situação acima descrita pela autora.

A partir dessa premissa, pode-se afirmar que, mesmo em suas origens, o capitalismo passa a imagem de ser natural. Wood (2001, p. 12) define o capitalismo da seguinte maneira:

O capitalismo é um sistema em que os bens e serviços, inclusive as necessidades mais básicas da vida, são produzidos para fins de troca lucrativa; em que até a capacidade humana de trabalho é uma mercadoria à venda no mercado; e em que, como todos os agentes econômicos dependem do mercado, os requisitos da competição e da maximização do lucro são as regras fundamentais da vida. Por causa dessas regras, ele é um sistema singularmente voltado para o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da produtividade do trabalho através de recursos técnicos [...] é feito por trabalhadores sem posses, obrigados a vender sua mão-de-obra por um salário, a fim de obter acesso aos meios de subsistência. No processo de atender às necessidades e desejos da sociedade, os trabalhadores também geram lucros para os que compram sua força de trabalho. Na verdade, a produção de bens e serviços está subordinada à produção do capital e do lucro capitalista. O objetivo básico do sistema capitalista, em outras palavras, é a produção e a auto-expansão do capital.

Segundo Braverman (1987), o capitalismo é um modo de produção baseado na divisão da sociedade em, basicamente, duas classes: dos proprietários (de bens, de matéria-prima, instrumentos de trabalho etc.) e dos proletários, sendo estes os que vendem sua força de trabalho por não possuir acesso aos meios de produção ou de renda própria, de forma que lhes é inviabilizado o ato de trabalhar para sua própria subsistência.

É interessante notar, por outro lado, como a propriedade privada, condição essencial do modo de produção capitalista, juntamente com a liberdade do trabalho, foi naturalizada. É clássica a relação entre a naturalização da propriedade privada e o trabalho.

Ainda que a terra e todas as criaturas inferiores pertençam em comum a todos os homens, cada um guarda a propriedade de sua própria pessoa; sobre esta ninguém tem qualquer direito, exceto ela. Podemos dizer que o trabalho de seu corpo e a obra produzida por suas mãos são propriedade sua. Sempre que ele tira um objeto do Estado em que a natureza o colocou e deixou, mistura nisso o seu trabalho e a isso acrescenta algo que lhe pertence, por isso o tornando sua propriedade. Ao remover este objeto do Estado comum em que a natureza o colocou, através do seu trabalho adiciona-lhe algo que

excluiu o direito comum dos outros homens. Sendo este trabalho uma propriedade inquestionável do trabalhador, nenhum homem, exceto ele, pode ter o direito ao que o trabalho lhe acrescentou, pelo menos quando o que resta é suficiente aos outros, em quantidade e em qualidade (LOCKE, 1994, p.98).

Não é difícil perceber que Locke identifica o trabalho, em verdade a força de trabalho, como a verdadeira e inata propriedade do homem. Mas o que não é claro e se encontra oculto neste verniz, é que a separação entre as condições objetivas de existência e a privação destas para aqueles que vivem do trabalho, configura uma complexa relação social de dominação político-econômica, resultando em um antagonismo social estruturado em bases objetivas e subjetivas. Contudo, é importante deixar claro que para Locke, os trabalhadores não estão destituídos de propriedade, mas são, em essência, os detentores da propriedade fundante de todas as outras.

Em um sentido oposto, Marx apontou que a propriedade privada não tem nenhuma relação com qualquer força fantástica ou natural de estrutura social, mas que esta é justamente um fato histórico – e por isso modificável – constituído por meio de uma intensa luta de classes. Ao apontar os pressupostos constitutivos da formação capitalista, Marx colocou que a generalização da propriedade privada, condição *sine qua non* deste modo de produção, pressupõe uma acumulação prévia, uma acumulação primitiva. Marx pontuou que:

Essa acumulação primitiva desempenha na economia política um papel análogo ao pecado original na teologia. Adão mordeu a maçã e, por isso, o pecado contaminou a humanidade inteira. Pretende-se explicar a origem da acumulação por meio de uma história ocorrida em passado distante. Havia outrora, em tempos muito remotos, duas espécies de gente: uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo econômica, e uma população constituída de vadios, trabalhões que gastavam muito mais que do que tinham. A lenda teológica conta-nos que o homem foi condenado a comer o pão com o suor de seu rosto. Mas a lenda econômica explica-nos o motivo por que existem pessoas que escapam a esse mandamento divino. Aconteceu que a elite foi acumulando riquezas, e a população vadia ficou finalmente sem ter outra coisa para vender além da própria pele. Temos aí o pecado original da economia. [...] É sabido o grande papel desempenhado na verdadeira história

pela conquista, pela escravização, pela rapina e pelo assassinato, em suma, pela violência (MARX, 2006, p. 829).

No mesmo sentido, qual seja, o da necessidade historicamente constituída, que se dá a forma específica de intercâmbio estabelecida entre os homens. Divorciado das suas condições materiais de existência, e assim livre duplamente, pois não mais associados aos meios de produção e expropriados destes, a questão da liberdade, que suscita *pari passu* com a cristalização da privada, esconde a sua verdadeira essência: é que para o trabalhador tal liberdade significa a opção de vender a única mercadoria que possui, ou sua propriedade inata, como colocaria Locke (1994), que é sua força de trabalho, para que assim, por meio do equivalente geral adquirido, possa conseguir sustento para sobreviver.

Mészáros (2002) expõe em sua obra que o trabalho é a mediação intransponível e singularmente humana que constitui o próprio homem. Nesse âmbito é possível observar que o homem se humaniza e se desumaniza no trabalho. Portanto, ao processo de trabalho caberia o autoreconhecimento das capacidades humanas. Contudo, em vista da reificação da força de trabalho, tal processo torna-se alienante.

Mas foi Marx que se deteve primeiro nos processos de alienação. Em sua análise, a alienação do trabalho (atividade prática e vital humana) se evidencia em quatro aspectos: na relação do trabalhador com o produto do trabalho, entendido como um objeto estranho; na relação do trabalho com o ato da produção, que é a relação do trabalhador com a própria atividade; a alienação de seu ser como membro de sua espécie – de seu ser “genérico” e; a alienação do homem em relação aos outros homens – em sua sociabilidade (MARX, 2004).

Uma vez que o trabalho associado, este inserido no escopo da economia solidária, busca se organizar de forma autogestionária, tais experimentações apontariam para aquilo que Novaes (2007) coloca como um processo de retorno do “caracol à sua concha”, uma vez que de posse dos meios de produção, o fruto do trabalho seria propriedade dos próprios trabalhadores, e o processo autogestionário, que pressupõe a não divisão entre concepção e execução, possibilitaria o controle do trabalho pelo próprio trabalhador. Portanto, ainda que de forma incipiente, os processos de autogestão seriam capazes de anular as duas primeiras facetas da alienação.

## **AS TENTATIVAS HISTÓRICAS DE ENFRENTAMENTO DO TRABALHO ASSOCIADO: A LUTA DE CLASSE E O COOPERATIVISMO OPERÁRIO**

Com o desenvolvimento do capitalismo, aos poucos foi se estabelecendo um cenário desfavorável àqueles que vendiam sua força de trabalho; foi nessa época que os movimentos sociais ganharam força. Marx (2006) discorre a respeito das condições de trabalho da época, explicando que a exploração fabril não conhecia limites, chegando ao ponto de ameaçar a reprodução biológica de seus funcionários, uma vez que mesmo crianças eram empregadas e as jornadas de trabalho eram tão extensas que o proletariado, fadigado, possuía altíssima taxa de mortalidade.

Singer (2002) destaca que o cenário supracitado foi o responsável pelo surgimento de uma série de dissidentes do modo capitalista de produção. Observa-se assim que o surgimento do movimento autogestionário foi uma resposta ao modo capitalista de produção e às retaliações por parte dos empregadores. Esta observação é relevante, pois ela possibilita compreender que tal movimento surge como uma resposta ao mesmo tempo imediata, ou seja, como forma de resistência e sobrevivência, e por outro lado, como uma proposta de organização societal questionadora da ordem vigente. A convergência dessas duas dimensões, entre as necessidades imediatas e o adensamento societal dessas organizações continua como um desafio histórico.

Observando o breve relato histórico, é possível concluir que o caráter do cooperativismo emergiu da classe operária, nascido das condições do próprio capitalismo, que foram provocadas pelo empobrecimento e exploração abusiva nas fábricas, ou seja, enquanto um movimento de negação da própria negação do trabalho, guardada todas as proporções de se constituir uma organização estranha à totalidade capitalista, inclusive a contradição de ser funcional ao próprio sistema, uma vez que tende a se conformar com a totalidade e não a questioná-la, conforme já expôs Rosa Luxemburgo (2005) ao refletir sobre a funcionalidade e limites do cooperativismo<sup>2</sup>.

## **ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO: O RESSURGIMENTO DA LUTA PELO TRABALHO ASSOCIADO**

Inicialmente foi discorrido brevemente a respeito da autogestão. Para que se possa refletir melhor sobre os empreendimentos de Economia Solidária, é importante reafirmar alguns significados. Começamos então com a definição de autogestão, que Albuquerque (2003) pontua da seguinte forma:

---

<sup>2</sup> Para um maior aprofundamento dos dilemas do cooperativismo mencionados por Rosa Luxemburgo ver Benini e Benini (2012).

Por autogestão, em sentido lato, entende-se o conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um "coletivo". É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independente do tipo das estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais. (p. 20)

Evidencia-se a importância de observar que se sinaliza um modo de produção que difere totalmente do modo capitalista. Conforme foi discutido anteriormente, a insatisfação do proletário com tal sistema foi um dos principais responsáveis pelo surgimento das práticas autogestionárias de economia solidária, que é definida por Paul Singer (2008) como:

[...] um projeto de organização sócio-econômica por princípios opostos ao do laissez-faire: em lugar da concorrência, a cooperação; em lugar da seleção darwiniana pelos mecanismos do mercado, a limitação – mas não a eliminação!, destes mecanismos pela estruturação de relações econômicas e solidárias entre produtores e entre consumidores (p. 9).

No que tange à diferenciação da autogestão do trabalho associado e a pseudo participação das empresas capitalistas, Novaes (2007) adverte que:

Se as estratégias gerencialistas procuram reduzir a participação do trabalhador à estreita necessidade de aumentar a produtividade da empresa e, com isso, permitir a reprodução do capital, as vertentes que advogam a autogestão adicionam a necessidade de participação fora do âmbito da empresa e propõem a participação dos trabalhadores no controle da sociedade como um todo (p. 145).

Torna-se evidente que a participação dos trabalhadores cooperados é uma das características das organizações autogestionárias. Singer (2002) discorre a respeito dessa característica, explicando que nas cooperativas, após a divisão da receita obtida, em forma de retiradas, que são o “salário” dos cooperados, é decidido o que fazer com o excedente anual –



lucro nas empresas capitalistas e sobra na empresa solidária – que obedece a critérios e mecanismos diferentes, dependendo do tipo de empreendimento.

Singer (2002) destaca ainda os princípios do cooperativismo, organização esta que poderia ser o “tipo ideal” dos empreendimentos solidários, que foram imortalizados pelos Pioneiros Equitativos de Rochdale.

1º) que nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto, independentemente de quanto investiu na cooperativa; 2º) o número de membros da cooperativa era aberto, sendo em princípio aceito quem desejasse aderir, por isso, esse princípio é conhecido como o da “porta aberta”; 3º) sobre o capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa; 4º) as sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa; 5º) as compras na cooperativa seriam sempre à vista; 6º) os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros (isto é, não adulterados); 7º) a cooperativa se empenharia na educação dos cooperativados; 8º) a cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões religiosas e políticas (2002, p. 39-40).

Ao analisar cada um dos oito princípios, é possível refletir sobre a influência que estes ainda têm como pilares para os empreendimentos solidários. Tal afirmação é reforçada de maneira mais específica por Nascimento (2004), que ainda busca conceituar de forma correlata a economia solidária e a autogestão:

A reinvenção da Economia Solidária porta em si uma espécie de ressurreição de valores que fazem parte da cultura do movimento operário: solidariedade, autogestão, autonomia, mutualismo, economia moral, e outros. Nesse sentido, Economia Solidária e Autogestão, se não são sinônimos, são termos que caminham juntos. Podemos mesmo afirmar que não há autogestão sem economia solidária e que não pode haver economia solidária sem autogestão. Apesar da diversidade de conceitos, pode-se caracterizar a Economia Solidária como “o conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com um certo grau de democracia interna e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade”. Por sua vez, a autogestão é mais um “ideal” de democracia econômica e gestão coletiva que caracterizam um novo modo de produção (p.02).

Saindo do abstrato para o concreto, a próxima seção apresenta alguns números da chamada economia solidária no Brasil. Ainda que seja uma exposição descritiva, apresenta questões importantes sobre o panorama da economia solidária no Brasil e, mais especificamente, sobre os processos autogestionários.

## **A QUALIDADE DA AUTOGESTÃO: ANALISANDO E DISCUTINDO OS NÚMEROS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Antes de adentrarmos na exposição, análise e discussão dos números da economia solidária no Brasil, e assim nas questões que se referem aos objetivos deste estudo, é importante fazer alguns esclarecimentos para o leitor.

Todos os números apresentados nesta seção se referem aos obtidos pelo mapeamento realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) que cristalizou o Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária (SIES), que é um banco de dados eletrônico, com acesso ao público.

Sobre o banco de dados, a SENAES assim expõe:

O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária foi desenvolvido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, sob a coordenação da Comissão Gestora Nacional e em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária enquanto um instrumento para identificação e registro de informações de empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento à economia solidária e políticas públicas de economia solidária no Brasil (SENAES, 2013, p.1).

Também é importante ressaltar os objetivos deste esforço do Governo Federal brasileiro, pois do ponto de vista das ações dos governos, tanto Federal, quanto Estaduais e Municipais, tal mapeamento é estratégico para o conhecimento da realidade e assim a construção de Políticas Públicas mais próximas da realidade. Conforme ainda a SENAES:

- a) Constituir uma base nacional de informações em economia solidária com identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária; b) Fortalecer e integrar Empreendimentos Econômicos

Solidários em redes e arranjos produtivos e organizativos nacionais, estaduais e territoriais, através de catálogos de produtos e serviços a fim de facilitar processos de comercialização; c) Favorecer a visibilidade da economia solidária, fortalecendo processos organizativos, de apoio e adesão da sociedade; d) Subsidiar processos públicos de reconhecimento da economia solidária; e) Subsidiar a formulação de políticas públicas; f) Subsidiar a elaboração de marco jurídico adequado à economia solidária; g) Facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em economia solidária (SENAES, 2013, p.1).

Outra consideração sobre o mapeamento realizado pela SENAES é a caracterização dada os empreendimentos econômicos solidários que são mapeados. Sobre este ponto, de acordo com a SENAES, foram consideradas as organizações:

coletivas - serão consideradas as organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes etc.; cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; que disponham ou não de registro legal, prevalecendo a existência real e; que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário (SENAES, 2013, p.1).

Ainda sobre os microdados, buscou-se abordar questões que possibilitassem uma análise da qualidade da autogestão nos empreendimentos solidários.

Esleveu-se a qualidade da autogestão como categoria analítica tendo em vista o seu processo histórico de construção em relação direta com a negação da alienação (BENINI, BENINI e NEMIROVSKY, 2013).

Negar a alienação não se reduz a apenas refutar os seus efeitos, mas, sobretudo, a reverter os seus processos constitutivos e regenerativos. Tais processos articulam-se em mediações sociais de segunda ordem (MÉSZÁROS, 2012), em especial o intercâmbio social

de caráter mercantil (ou baseado na lei do valor de troca), que resulta em, e *pari passu* é por ele sustentado, na estrutura patrimonial de controle privado dos meios de produção, e ambos resultam na subsunção e subordinação dos trabalhadores, uma situação ostensiva de alienação.

Por conseguinte, descrever e analisar a qualidade da autogestão se efetivaria por intermédio e articulação de quatro dimensões, a saber: de estrutura patrimonial, da forma e conteúdo do intercâmbio, mecanismos de remuneração e os processos decisórios.

O Gráfico 1 apresenta uma questão que remete à origem histórica da autogestão: as cooperativas se uniam e realizavam trocas entre si, temporárias ou definitivas, de acordo com a necessidade de cada uma, que envolviam matéria-prima, trabalhadores, insumo, meios de produção etc. É importante observar, através dos dados colhidos, que os empreendimentos solidários ainda dependem muito das empresas capitalistas, sobretudo devido ao fato destas serem dominantes no mercado. O percentual de 48% de origem da matéria-prima ou insumos são advindos das empresas privadas, o que reforça essa tese. Em segundo lugar, com 28%, a origem oriunda dos próprios associados demonstra que os empreendimentos buscam seguir os princípios básicos, contanto com a colaboração dos seus membros dentro do fluxo logístico. Em terceiro, com 11% estão os produtores não-sócios, que alude ao primeiro caso. Com 6%, estão os empreendimentos solidários e órgãos públicos que representam, respectivamente a união dos empreendimentos e investimento do governo.

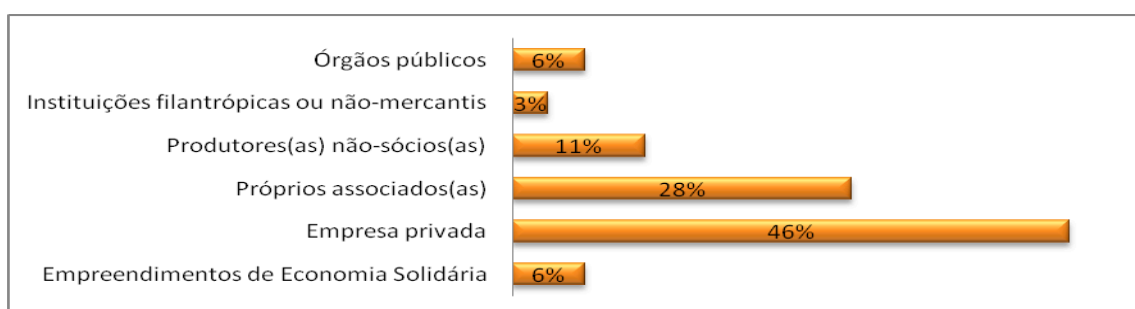


Gráfico 1: Origem da matéria-prima ou do insumo

Fonte: SIES (2012).

O Gráfico 2 apresenta a questão da propriedade percentual dos equipamentos (móveis, imóveis, meios de produção etc). Essa característica é importante, pois permite visualizar a estrutura patrimonial organização. O fato das organizações em pauta, em sua maioria (76%), possuírem equipamentos próprios, converge para um processo mais autônomo, uma vez que os sócios são também considerados proprietários da organização.

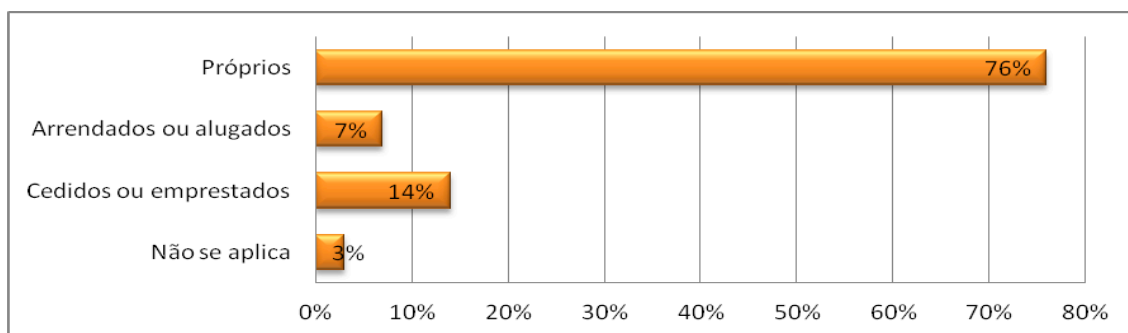


Gráfico 2: Os equipamentos do empreendimentos.

Fonte: SIES (2012).

Seguindo o mesmo raciocínio, é possível analisar a dependência dos empreendimentos a partir da propriedade dos instrumentos de trabalho. Conforme o Gráfico 3, 48% dos instrumentos pertencem ao empreendimento e 36% pertencem aos associados individualmente, totalizando 84%.

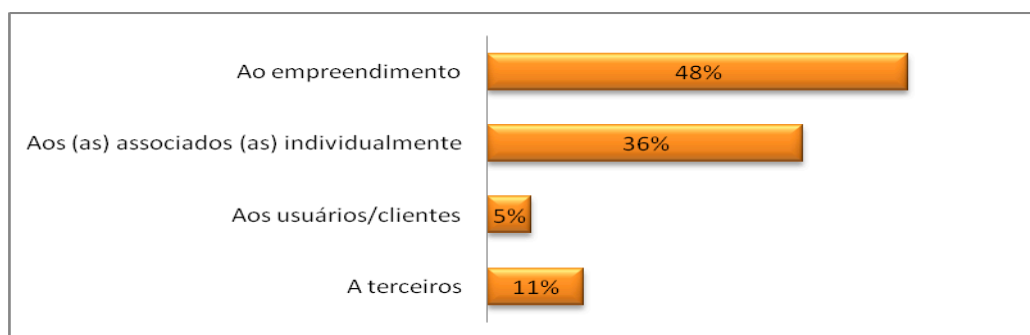


Gráfico 3: Propriedade dos instrumentos, ferramentas ou equipamentos utilizados pelo EES.

Fonte: SIES (2012).

O gráfico 4 permite ao leitor observar um fator importante dentro empreendimentos solidários, qual seja, a forma de retirada pelos sócios. O percentual de 63% mostra que a que a remuneração de acordo com a produtividade é fator preponderante para remuneração dentro dos empreendimentos solidários, que convergeria mais para formas competitivas de trabalho/remuneração do que cooperativas e solidárias. Contudo, os outros 26% demonstram que há uma boa parcela dos empreendimentos que adotam a igualdade em sua retirada, remunerando de forma igual. Os 7% que remuneram a partir das horas trabalhadas funcionam de forma similar ao molde da produtividade; aqueles que mais se dedicam em termos de tempo são melhor remunerados. É importante ainda ressaltar que apenas 36% dos

empreendimentos estão conseguindo remunerar adequadamente seus sócios, determinando assim que estes tenham outras fontes de complemento de renda, ou ainda, que os empreendimentos solidários sejam apenas o complemento de renda (SIES, 2012).

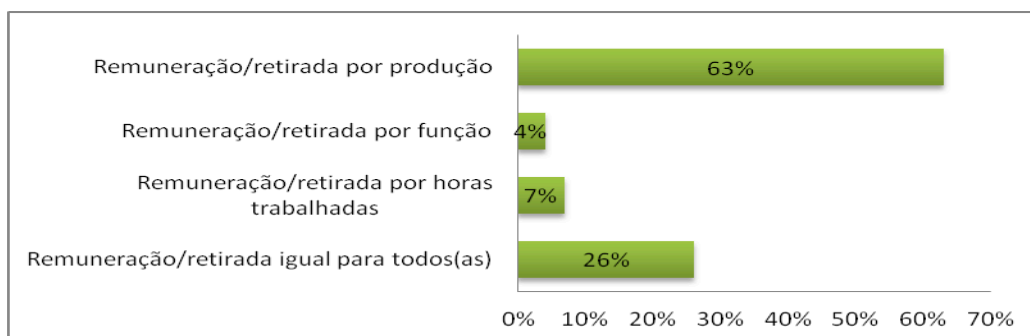


Gráfico 4: Remuneração ou retirada dos (as) sócios (as).

Fonte: SIES (2012).

O gráfico 5 traz a questão da remuneração de forma mais explícita. Foi possível perceber que a questão do percentual da remuneração se solidifica como uma barreira e carrega consigo outro aspecto que demonstra a dificuldade enfrentada pelos empreendimentos: o valor médio da remuneração. Foi constatado, ao analisar os microdados, que o valor médio da remuneração dos associados dentre todos os empreendimentos que responderam essa questão é de R\$547,26, inferior a um SM. No mais, os dados mostram que 55% remuneram até meio SM, ou seja, mais da metade remunera seus associados com um valor igual ou inferior a R\$394,00, à medida em que apenas 10% recebem salário igual ou superior a um SM. Os demais números são: 31% recebem entre meio e 1 SM, 2% recebem entre 2 e 5 SM e apenas 1% recebem mais que 5 SM.

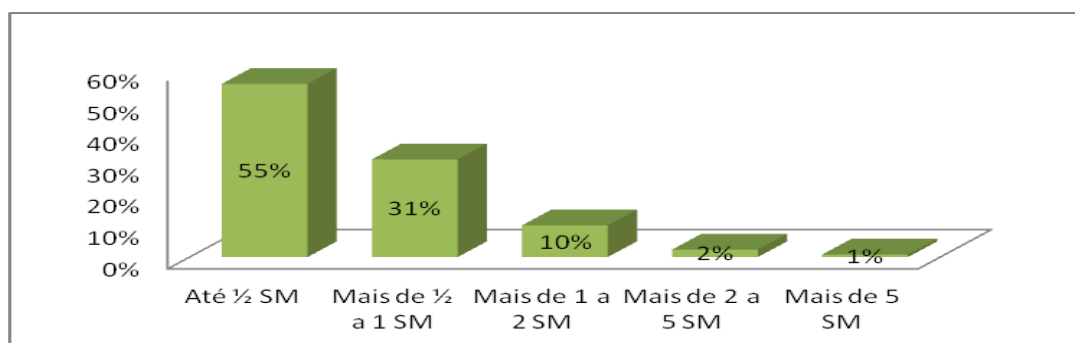


Gráfico 5: Valor médio da remuneração mensal dos sócios.<sup>3</sup>

Fonte: SIES (2012).

<sup>3</sup> Foi considerado o valor do Salário mínimo (SM) de 2015 (R\$788,00).

Através do gráfico 6 é possível observar que, em sua maioria, os sócios possuem como fonte de renda principal a renda obtida através dos empreendimentos, representados por 46%, enquanto outra parcela significativa, de 43%, buscam os empreendimentos como complemento de renda de rendimentos oriundos de outras atividades. Este gráfico viabiliza concluir que os empreendimentos são fundamentais no combate à miséria, uma vez que constituem como principal fonte de renda para boa parcela dos associados.

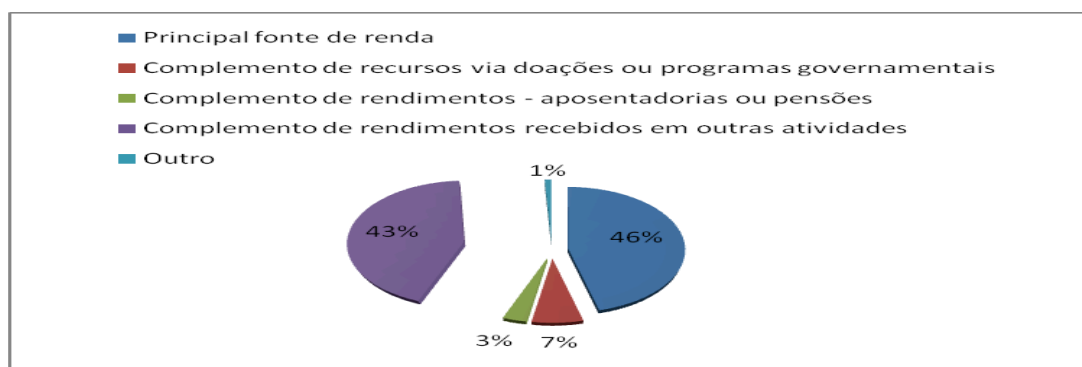


Gráfico 6: Renda obtida pelos sócios.

Fonte: SIES (2012).

O gráfico 7, que trata da questão do lucro obtido ao final de cada exercício, é ressaltado, pois com as sobras é possível investir em educação dos cooperados, fundo fixo e no próprio empreendimento. Neste caso, um percentual de 75% obtém renda o suficiente para pagar as despesas (dos empreendimentos pesquisados, 37% obtiveram sobras), o que é um percentual relativamente alto. Contudo o ideal seria obter sobras para os mais variados investimentos. Apenas 14% não possuem este foco e 11% não lograram êxito, que é um número considerável de empreendimentos.

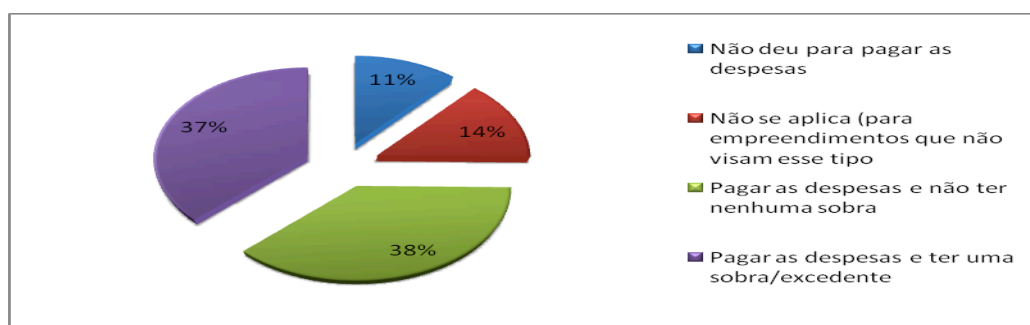


Gráfico 7: Serventia dos resultados da atividade econômica do empreendimentos no ano anterior. Fonte: SIES (2012).

Analisando ainda a questão do investimento, um ponto preocupante é que apenas 32% dos empreendimentos que tiveram sobra/excedente realizaram investimentos nos últimos 12 meses (SIES, 2012).

Chegamos agora às questões centrais que se relacionam diretamente com a qualidade da autoestã, cujo centro de atenção é o processo decisório. Conforme o Gráfico 8, que levanta o percentual das instâncias de gestão dos empreendimentos, é possível observar que 35% são regidos pela assembleia de sócios ou reunião, 25% coordenação, diretoria ou conselho diretor que são eleitos em votação pelos próprios sócios. Neste cenário é possível verificar que os empreendimentos estão seguindo, em sua maioria, o formato de gestão que segue os princípios da autogestão. Essa questão é muito importante em termos de qualidade da autogestão, pois uma vez que obedece aos princípios básicos, que foram criados justamente para nortear a ação destes empreendimentos, possui maiores chances de lograr êxito em suas atividades.

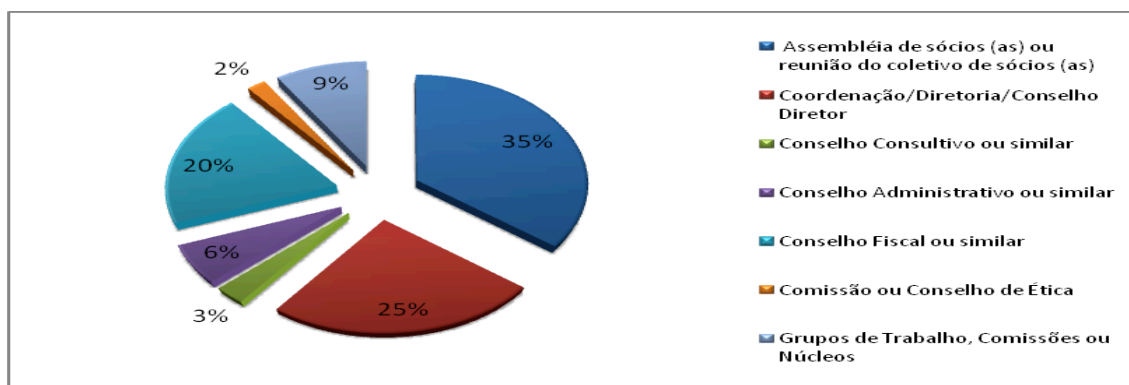


Gráfico 8: Instâncias de direção e coordenação do empreendimento

Fonte: SIES (2012).

O gráfico 9 descreve em pormenor a assembleia geral, que se apresenta como principal forma ideal dos empreendimentos. Nesse sentido, é importante que ocorra periodicamente para que os sócios tenham conhecimento a respeito da movimentação do empreendimento e relações de intercâmbio. Assim, as assembleias não possuem apenas teor informativo; elas também são realizadas para que sejam tomadas decisões com base nos dados obtidos e na decisão da maioria dos cooperados. É importante verificar que 50% das assembleias são organizadas mensalmente, o que traduz uma preocupação por parte da direção dos empreendimentos em manter o caráter autogestionário. Ainda há boa parcela, 15%, que



realiza assembleias bimestrais ou trimestrais e 10% que realizam anuais ou mais de um ano, geralmente no fechamento do exercício contábil para definir os próximos passos a serem dados no ano seguinte, levando em consideração os dados obtidos.

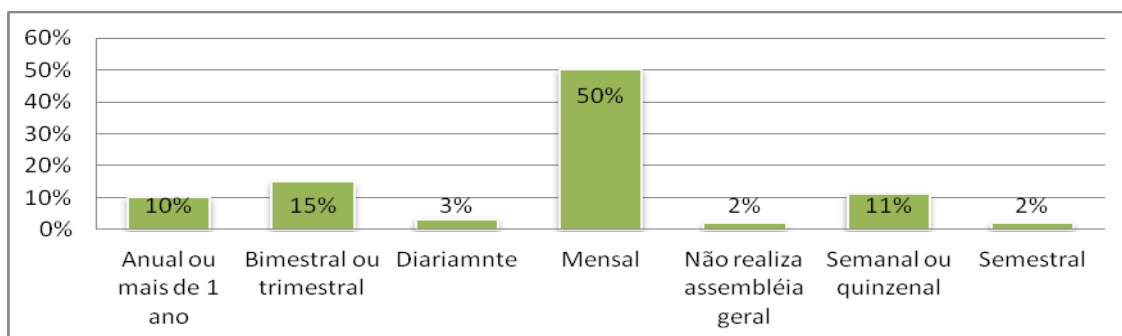


Gráfico 9: Periodicidade de realização da assembleia geral e/ou reunião coletiva de sócios (as) no empreendimento. Fonte: SIES (2012).

O gráfico 10 aponta uma questão tão importante quanto a realização das assembleias: a participação dos membros. A presença, em maioria, garante que os assuntos sejam discutidos de forma abrangente e que a informação seja disseminada de forma eficiente, de modo a auxiliar no processo decisório e, conseqüentemente, funcionar como ferramenta no auxílio do funcionamento dos empreendimentos solidários. É importante observar que em 34% dos empreendimentos houve participação total por parte dos membros, o que é um número muito bom. 41% dos empreendimentos assinalaram uma assiduidade de mais de 2/3 dos membros e 25% assinalaram um índice de frequência aquém do esperado. Em se tratando de qualidade, pode-se dizer que o resultado é satisfatório, pois a participação ativa dos membros é fator fundamental para o funcionamento do empreendimento.

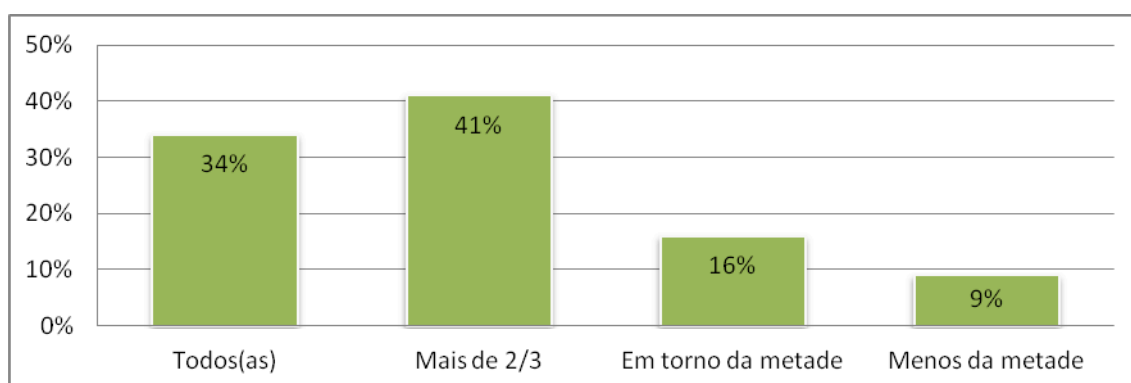


Gráfico 10: Percentual de sócios presentes na última assembleia realizada.

Fonte: SIES (2012).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste artigo foi realizar uma análise dos processos de autogestão a partir dos dados obtidos pelo SENAES. Foram selecionadas categorias que pudessem servir como auxílio para o entendimento da qualidade da autogestão nos empreendimentos, evidenciado o conteúdo e sentido das relações sociais de produção, em ebulição no processo de luta e construção histórica da autogestão.

Levando em consideração todos os dados analisados, é plausível afirmar que os empreendimentos ainda sofrem com a questão do capital e dependência do mercado privado para obtenção de matéria prima, que denota uma atuação não efetiva em um potencial espaço de trocas entre os empreendimentos solidários, não obstante a estrutura patrimonial dos empreendimentos apresentou-se relativamente como autônoma e de propriedade dos sócios.

Uma porcentagem relativamente baixa dos empreendimentos foi capaz de remunerar seus cooperados, o que é um fato alarmante, uma vez que a questão da remuneração é fator preponderante para que se atraia mais sócios para estes empreendimentos. De fato, é notório que os empreendimentos econômicos solidários são uma forma de complemento de renda dos sócios ou estes necessitam de outras formas de trabalho para complementar a renda.

Em termos de processo decisório temos os dados mais positivos desta análise, onde é possível verificar que os modelos de gestão são efetivamente horizontais ou “de baixo pra cima”, onde são os próprios cooperados que escolhem sua liderança. Dentro desse tema, ainda há de se notar a alta frequência de assembleias gerais bem como a alta participação dos cooperados nestas, o que denota que essas organizações, em termos de gestão, estão buscando seguir os princípios da autogestão. Portanto, conclui-se que a autogestão dentro dos empreendimentos solidários é um processo concreto em construção, mas ainda em um estágio permeado de dificuldades, principalmente de ordem patrimonial-financeira e dependência mercantil.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. O “feminino criador”: socioeconomia solidária e educação. In: ARRUDA, M.; BOFF, L. (Org.). *Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos*. Petrópolis: Vozes, 2001.

ALBUQUERQUE, P. Autogestão. In CATTANI, A. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

BENINI, E. A., BENINI, E. G., NEMIROVSKY, G. G. Convergência política para a construção da autogestão global. *Revista ORG & DEMO*, Marília, v. 14, n. 1, p. 71-90, Jan./Jun., 2013.

BENINI, E. A., BENINI, E. G. As contradições do processo de autogestão no capitalismo: funcionalidade, resistência e emancipação pela economia solidária. *Revista Organização e Sociedade*, Salvador, v.17, n. 55, p. 605-619, 2010.

BENINI, E. A., BENINI, E. G. Reforma agrária no contexto da economia solidária. *Revista Nera*, Presidente Prudente, Ano 11, n. 13, p. 6-15, jul./dez, 2008.

BENINI, E. G. *Economia solidária em questão: estudo sobre as possibilidades e limites de inserção e emancipação social no capitalismo, a partir de um estudo multicaseos*. 2008. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, Campo Grande, 2008.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1987.

DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. A economia solidária e desafio da democratização das relações de trabalho no Brasil. In: DAL RI, N. M. (Org.) *A economia solidária e o desafio da democratização das relações de trabalho*. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, L. *A economia solidária diante do modo de produção capitalista*. Caderno CRH, v. 16, n. 39, p. 181-211, maio/ago. 2003.

GUILLERM, A; BOURDET, Y. *Autogestão: Mudança Radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

HARVEY, D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo civil : ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil*. Petrópolis: Vozes, 1994.

LUXEMBURGO, R. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MOTTA, F. C. P. *Organização e poder*. São Paulo: Atlas, 1986.

MORAES, J. Self-management as a tool to organize counter-hegemony. *Organização e Sociedade*, v. 17, n. 55, p. 585-604, 2010.

NASCIMENTO, C. *A autogestão e o “novo cooperativismo*. Brasília: Textos para discussão/SENAES, 2004.

NOVAES, H. *O Fetiche da Tecnologia: a experiência das fábricas recuperadas*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SATO, L.e ESTEVES, E. *Autogestão: Possibilidades e ambigüidades de um processo organizativo peculiar*. São Paulo: ADS-CUT, 2002.

SENAES. Boletim Informativo. Ano V. Edição Especial. Base de dados SIES. 2013. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A416FABB6014173C4E66C7839/Acontece%20SENAES%202013%20-%20n34%20ed%20especial.pdf>> Acesso em: 13 de set. 2014.

SINGER, P. *Introdução a Economia Solidária*. São Paulo: Contexto. 2002.

SINGER, P. *Economia Solidária: um modo de produção e distribuição*. In: SINGER, P. e SOUZA, A. (Org.) *A Economia Solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2003.

SINGER, P. *The recent rebirth of the solidary economy in Brazil*. Boaventura Sousa de Santos (Hg.): *Another Production is Possible. Beyond the Capitalist Canon*. London: Verso, 2007.

WOOD, E. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.